

# Editorial 67 – PLANAGRÃO (conclusão)

**Por: Heitor Carvalho e José Carlos Bettencourt**

Nas partes 1 e 2 apresentámos o que nos parecem ser os principais problemas do PLANAGRÃO: as zonas de implementação e a definição voluntarista de metas sem ter em conta o custo e o conhecimento.

De seguida defendemos como, na nossa opinião, na fase de implementação, se deveriam corrigir as insuficiências do plano, nomeadamente através da definição dos seguintes **objectivos gerais subordinados** ao objectivo estratégico principal:

- a) Aumentar o número de empresários para aumentar a produção;
- b) aumentar a produção para eliminar o *deficit* de oferta;
- c) melhorar a competitividade produzindo com uma boa relação qualidade-preço, reduzindo as importações sem imposições de produtos de elevado custo e qualidade deficiente.

Estes objectivos deveriam ser garantidos através de instrumentos dos quais já apresentámos:

- 1) **O acesso à terra**
- 2) **O financiamentos e apoio à produção**
- 3) **O apoio ao Comércio e serviços**

Vamos agora concluir a nossa apresentação, desenvolvendo os restantes instrumentos:

4) **Assistência técnica e pesquisa:** tudo deve culminar com o aumento da produtividade e redução dos custos, para o que é fundamental um programa de assistência técnica, programa de melhoramento de cultivares e aplicação de boas praticas agrícolas.

Investigação e desenvolvimento, estações de pesquisa e de apoio técnico, parques de máquinas, infraestruturas de irrigação (incluindo a reabilitação dos perímetros irrigados ao abandono), etc., devem ser avaliados, implementados e colocados à disposição dos agentes económicos, primeiro de forma gratuita, durante a fase de investimento intensivo, depois, a preços subsidiados na fase de aprendizagem, quando os lucros ou os fluxos de caixa ainda são negativos e, finalmente, a preço de mercado.

5) **Política de preços:** para promover a competitividade não bastam as condições técnicas, são também necessárias condições económicas. É necessário determinar os preços mínimos de referência da produção interna, eventualmente, como faz por exemplo o Brasil, discriminados por região e tipo de cultura e garantir que a importação não chegue aos mercados a preços inferiores. Há duas formas de garantir estes preços: 1) subsidiando a produção interna, isto é, se o preço interno de referência é 100 e o preço de importação 90 e queremos que o preço no grossista seja 90, então, por cada unidade vendida ao comércio o produtor deve receber 10: o produtor vendeu a 100, mas o comerciante comprou a 90 que é o preço de importação; 2) aumentando o preço de importação de 90 para 100, ou um pouco mais para quebrar os hábitos de importação, através de uma taxa aduaneira.

O subsídio ao preço tem como inconvenientes: 1) retirar rendimentos de umas produções (por exemplo o petróleo) para outras (agricultura), aumentando a dependência dos sectores subsidiados; 2) e de ser demasiado caro, pois estamos a subsidiar o consumo de quem precisa e de quem não precisa.

As taxas aduaneiras necessitam de uma taxa de câmbio estável, sem a qual a taxa aduaneira perde toda a eficácia: no exemplo anterior, se a taxa de câmbios sobe e o produto importado, incluindo a taxa aduaneira, passar a entrar no mercado a 110, os produtores internos aumentarem os seus preços aumentando a inflação e diminuindo a competitividade absoluta da produção interna; se desce e entra no mercado (incluindo a taxa aduaneira) a 90, os produtores internos perderão imediatamente competitividade relativa e não conseguirão vender os seus produtos.

Contudo, o método da taxa aduaneira tem como inconveniente a maior dificuldade de gestão e o encarecimento dos produtos importados aumenta os preços no mercado interno, prejudicando o nível de vida das populações, mas, por outro lado, coloca o consumo no nível da produtividade interna. O apoio social aos mais desfavorecidos deverá garantir a **segurança alimentar** de todos, com a vantagem de não obrigar o Estado a desviar recursos para subsidiar o consumo dos que não precisam.

Apesar dos inconvenientes, é este o método que deve ser seguido, reduzindo-se continuamente os preços de referência à medida que a produtividade aumenta, criando-se, por um lado, equilíbrio no mercado interno, e forçando, por outro, a um contínuo aumento da produtividade e da competitividade dos produtores, mesmo quando são poucos e a concorrência é reduzida, através da concorrência externa.

Por outro lado, poderá haver (e sabemos por experiência própria e alheia que há) transferências de rendimentos dos agricultores para os comerciantes nos mercados menos desenvolvidos como o nosso. É preciso que o comércio, no exemplo anterior, compre, efectivamente a 100 e que não se aproveite da falta de concorrência e do isolamento do agricultor para comprar a 95, mantendo o seu preço de venda ao retalho ou ao público e apropriando-se da margem adicional. Se isso acontecer, o agricultor reduzirá a sua produção no ano seguinte.

O preço mínimo de referência deve ser imposto coercivamente, penalizando os incumpridores através de multas que tornem a prática insustentável e através das compras da REA, como mais um operador de mercado, mas evidentemente, cumprindo o preço determinado. Embora o objectivo da REA não seja o de reduzir preços, ela deve, evidentemente, cumprir os objectivos de sustentabilidade da produção interna que, como referimos inicialmente, ao referir-nos ao objectivo estratégico, passam por sustentar e aumentar a produção interna de forma a não forçar a utilização dos rendimentos petrolíferos para sustentar o consumo.

Ainda é possível corrigir!

O PLANAGRÃO ainda poderá ser corrigido na execução. Não se cumprirão as metas do trigo e do arroz, mas poderão ser dados largos passos em frente. É preciso que não se perca de vista que não há sustentabilidade, isto é, médio e longo prazo sem preços; mas é também preciso perceber que, no curto prazo, os preços terão de ser mais elevados para que se apoie a produção interna. Se não for para se alcançarem preços mais baixos e melhor competitividade o plano não terá sustentabilidade, e portanto, futuro. Ainda é possível incorporar esta componente da melhoria paulatina, mas constante, do conhecimento, da produtividade e dos preços.